

Um momento de grandeza

Moacir Werneck de Castro

Pelos anos afora tem ecoado no Brasil aquela frase de Pedro I, na Fala do Trono em que saudou a nossa primeira Assembléia Constituinte. Dizia ele: "Com minha espada defenderei a pátria, a nação e a Constituição, se for digna do Brasil e de mim." Quando achou que o resultado dos trabalhos não seria digno do Brasil e dele, bateu com a espada na mesa e dissolveu a Assembléia, para que a coisa saísse a seu imperial gosto.

Criou-se então o mau exemplo das Constituições outorgadas, como foram a de 1937 e a de 1967 com sua emenda de 1969, pior que o soneto. Esses monstros autoritários mereceram a constante condenação da cidadania. Nesta nossa República quase centenária, ao fim de cada período de arbítrio e poder pessoal, ou de casta, as Assembléias Constituintes têm encarnado, mal ou bem, os anseios e aspirações populares. Acabamos de viver um desses momentos de grandeza; e é possível que não nos tenhamos dado conta, ainda, de toda a importância histórica que ele encerra.

No processo de profunda crise econômica, em que o país está mergulhado, com uma moeda que não vale nada e o generalizado pavor de um amanhã sombrio, é natural certa tendência ao ceticismo. A nova Constituição seria mais um papel com promessas para o futuro, pensam alguns, escarmentados com aquela história das leis que não pegam. A desconfiança nos políticos em geral, insuflada durante os anos de regime militar, contribuiu para toldar a festa democrática.

Há, no entanto, bons e poderosos motivos para reagir contra uma atitude pessimista. A Assembléia Constituinte realizou uma obra magnífica, um trabalho histórico que expressa um vasto potencial de superação da crise por parte do nosso povo.

Todos os grandes problemas nacionais foram por ela debatidos. Houve uma intensa participação de todos os setores da sociedade na elaboração da Carta. Houve um saudável jogo de pressões das forças políticas e sociais em confronto. Houve uma aparência de desordem que no final se ajustou numa harmonia de conjunto. Centenas de constituintes trabalharam duro, num desempenho que o país aplaudiu e cujo mérito maior cabe à energia e dedicação do presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães. Louvá-lo, neste passo, não é nenhum favor, é pura justiça.

Estão faltando, agora, apenas alguns retoques a cargo do relator Bernardo Cabral e do bom conhecedor da língua que é Celso Cunha. Esperemos que venham a pagar imposto de renda o presidente da República, o vice-presidente e os ministros, que por equívoco iam escapando ao leão; e que não constem mais do texto coisas como aquele "assegurar (...) a segurança" do preâmbulo, aliás, a meu ver, bastante prolixo em suas boas intenções.

O que alguém achará ter sido erro nas decisões da Constituinte não invalida, contudo, o enorme saldo positivo que ela nos deixa. A Constituição ora concluída vale não somente pelo que estipula de novo como o que larga para trás, destinado ao lixo da história.

Os direitos sociais aprovados representam conquista, de grande importância para os trabalhadores. No capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, o fim da censura nas informações e nas obras de arte, a proscrição expressa da tortura, o *habeas data*, são algo que coloca o Brasil entre os países mais avançados do mundo nessa matéria. A estrutura dos poderes sofreu uma mudança radical, na medida em que a ditadura do Executivo, tão ostensiva sob o regime militar, foi abolida, para dar ao Legislativo, com a participação direta da população, o lugar que lhe compete num sistema de equilíbrio democrático dos poderes. Acabaram-se os decretos-leis. A criação do Conselho da República, em substituição ao Conselho de Segurança Nacional, órgão sob estrito controle militar, também merece aplausos.

Causa espanto, agora que os ânimos serenaram ante o fato consumado da Constituição, lembrar o fogo cerrado que se voltou contra os constituintes para levá-los a rejeitar medidas inovadoras, sobretudo no domínio econômico, como um perigo para a estabilidade das instituições e o próprio futuro do país. O presidente da República tratou de voltar atrás do que disse, e se comprometeu a ser fiel à Constituição. Mas o fez muito discretamente, com visíveis vacilações de linguagem. Para ser conseqüente, ele deveria requisitar de novo uma cadeia nacional de rádio e TV e se penitenciar em grande estilo da sua mal encoberta pretensão de "zerar" a Constituinte sob a alegação de que algumas medidas a seguir aprovadas tornariam o Brasil "ingovernável".

Ficou no ar um eco de ameaça. No fundo, as nossas classes dominantes, salvo exceções setoriais ou individuais decorrentes de lampejos de lucidez, gostariam de ter podido repetir o gesto de Pedro I, para conseguir uma Carta ao gosto delas. Frustrado esse desígnio, transparece o desejo de sabotar ou castrar a nova Constituição no que ela traz de renovador para a sociedade brasileira. Manifesta-se o horror à legitimidade, que faz parte do resíduo autoritário na consciência de adeptos e/ou beneficiários do antigo regime.

A Constituição que acaba de ser aprovada traz em si uma força nova, representa um impulso dinâmico que restaura a confiança do povo em sua capacidade para vencer a crise. É um momento de vitória cívica contra a descrença e o marasmo. Já não estamos mais sob o império do arbítrio. Existe um roteiro para o futuro. Fica mais fácil acertar o caminho, iluminado pela lei maior, que um dia há de nos conduzir ao progresso com justiça social, liberdade e soberania.

08 SET 1988

JORNAL DO BRASIL

ANC 79